



RAIO X

DA CRISE DO CAFÉ NO BRASIL



Conselho Nacional do Café

BUSCANDO CAMINHOS PARA SAÍDA DA CRISE CAFEIEIRA

Gilson Ximenes*



Voltei à presidência do Conselho Nacional do Café (CNC) no ano de 2007, convidado pelas cooperativas, associações e sindicatos de café que compõem a entidade para defendermos de maneira mais consistente o setor produtor da cafeicultura brasileira, que vinha sendo abandonado nas políticas setoriais do governo federal.

A cafeicultura nacional atualmente vive maus tempos financeiros devido a fatores conjunturais e estruturais, espelhando uma situação ocasionada pelo chamado mundo globalizado, ou seja, a disparada dos custos de produção e a venda do nosso café a valores inferiores aos gastos que temos para produzi-lo.

Essa situação de comercialização a preços irrisórios quando comparados com nossos custos fez com que ficássemos sem renda na atividade, o que desencadeou uma situação financeira insustentável e o consequente acúmulo das dívidas.

O governo federal, um dos principais, se não o principal, responsáveis pela situação atual do cafeicultor brasileiro, começou a entender essa conjuntura, principalmente no que se refere ao setor produtor, e deu início a uma série de ações que têm o objetivo de tentar sanar o endividamento, à medida que passem a gerar renda.

É válido salientar que as medidas adotadas foram bem tomadas quanto ao aspecto da qualidade, no entanto, quando pensamos no enfoque da quantidade, sobretudo em relação ao preço mínimo, prazo e volume, elas ficam aquém do tamanho da realidade da crise, o que, consequentemente, nos conduz a dar sequência às negociações para que se encontre uma solução definitiva ao endividamento e à falta de rentabilidade na atividade cafeeira.

Na condição de presidente do Conselho Nacional do Café, informo que nosso trabalho pró-ativo na defesa do cafeicultor brasileiro continua, pois temos o dever de devolver a dignidade a esses trabalhadores que ajudaram a estruturar o Brasil.

Uma das ações nesse sentido é esta edição de *Agroanalysis*, na qual pretendemos trazer uma elucidação dos fatores que levaram a atividade cafeeira nacional a tal ponto crítico financeiro, bem como traçar um paralelo entre os pleitos do setor e as medidas iniciais adotadas pelo governo federal.

Também pretendemos apresentar algumas iniciativas de investimento em pesquisa, tecnologia e *marketing*, que vêm sendo implantadas com o intuito de mitigar a crise econômica vivenciada pelos cafeicultores.

Outro ponto que trataremos nesta edição de *Agroanalysis* é a Organização Internacional do Café (OIC). Isso porque, na condição de principal fórum de discussão da cafeicultura mundial, entendemos que a entidade pouco tem feito no sentido de ajudar os países produtores a buscarem saídas para a crise financeira.

Com o fim das cláusulas de regulação de mercado, em 1989, a organização vem buscando novo sentido para suas atividades. Países importadores, por sua vez, desviam o foco da OIC para tratar de temas como sustentabilidade e certificação de qualidade, com base na imposição de padrões ambientais e trabalhistas nos métodos de produção.

Na última rodada de reuniões, ocorrida em setembro na sede da entidade, em Londres (ING), fiquei estupefacto, uma vez que percebi que o Código Comum para a Comunidade Cafeeira, o chamado 4Cs – um programa do setor privado quase incorporado pela OIC –, apresentou critérios diferentes de certificação para os diversos países produtores, o que reflete uma injustiça sem tamanho.

Tenho o dever de recordar que o fim da intervenção direta no mercado internacional, que era realizada por intermédio do sistema de cotas, não significa que os temas de teor econômico devam ser abandonados no âmbito da principal entidade internacional do café.

O Brasil, como maior produtor e exportador, além de segundo maior consumidor mundial, justifica sua posição de destaque na OIC e, nesse sentido, junto com os demais países produtores, tem que empreender esforços para buscar remuneração justa e equitativa aos cafeicultores, bem como maior participação das nações em desenvolvimento nos benefícios e lucros do setor, sobretudo por meio do aumento do valor agregado de seus produtos. É inadmissível que os responsáveis por toda xícara de café tomada no mundo fiquem apenas com uma fatia que oscila entre 7% e 15% da renda total gerada com a cafeicultura em todo o globo.

No intuito de acabar com essa discrepância, a delegação brasileira, com altíssima representatividade ao longo da última rodada de reuniões em Londres, teve uma participação efetiva, indicando, em sua postura e seu posicionamento, que pensamos primeiro na questão da sustentabilidade econômica no mundo do café, fato que recebeu aplausos calorosos e um forte apoio dos representantes de todos os países produtores membros da OIC.

Voltando ao Brasil e dando sequência ao trabalho de defesa do produtor, mantemos o contato direto com o governo para emplacarmos, definitivamente, uma política específica à cafeicultura nacional, de forma que os instrumentos e ferramentas de mercado disponíveis não surjam apenas como medidas tardias para danos já causados, mas, sim, sejam implementados estrategicamente, conduzindo os cafeicultores a lucros, o que possibilitará uma caminhada rumo à saída do endividamento.

A parte boa de toda essa conjuntura apresentada é que, após tantos anos sem nenhuma ação tão complexa como a atual adotada pelo governo, sinto-me esperançoso e me vejo obrigado a acreditar que as coisas poderão mudar para melhor no que diz respeito ao cafeicultor brasileiro.

* Presidente do Conselho Nacional do Café (CNC)

UM ACORDO PELA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DA CAFEICULTURA

Carlos Melles*



O processo de ratificação do novo Acordo Internacional do Café (AIC), assinado em 2007, levou o Congresso Nacional e a sociedade brasileira a empreenderem amplo processo de avaliação da Organização Internacional do Café (OIC) e de sua contribuição à cafeicultura mundial.

A análise em curso pelo Congresso brasileiro tem levado em conta os resultados alcançados no âmbito da OIC durante as duas últimas décadas, bem como a capacidade do novo acordo em atender aos anseios da cafeicultura nacional.

O fim das cláusulas econômicas da OIC e do sistema de cotas resultou na liberalização do mercado internacional, aumentando a competição entre exportadores. No caso do Brasil, implantou-se uma política liberal quanto à comercialização externa, mas a suposta liberdade de mercado não gerou os resultados esperados.

Se, de um lado, foram liquidados os estoques reguladores nos países produtores, de outro foram criados novos estoques nos importadores, transferindo a eles o poder de formação de preços, o que acentuou o desequilíbrio entre a oferta pulverizada e a demanda oligopolizada.

Assim, enquanto a participação da matéria-prima no valor do produto final representava, nos anos 80, cerca de 30%, atualmente esta relação é inferior a 15%, chegando, em anos anteriores, a 7%. Longe de resultar na formação de mercado equilibrado, a liberalização acarretou maior concentração de poder econômico e empobrecimento dos produtores.

A comercialização do café a preços abaixo do custo de produção não tem permitido a remuneração da atividade produtiva e a reposição das lavouras, elementos essenciais para a sobrevivência do setor. O descasamento entre os custos de produção e os preços no mercado mundial geraram expressivo endividamento de substancial parcela dos cafeicultores, em especial os pequenos produtores.

O surgimento de mercados de futuros e derivativos do café, apesar de oferecer instrumentos para a proteção cambial, produziu especulação, depressiu preços e acentuou a volatilidade. Verificou-se, paralelamente, elevação dos custos dos insumos (preço da terra, mão de obra, fertilizantes, etc.).

A desvalorização do dólar dos EUA, no qual são cotados os preços dos produtos, contribuiu ao agravamento da crise do café nos países produtores, gerando deterioração do poder de compra.

Ante a crise da cafeicultura mundial, a colaboração multilateral no âmbito da OIC não tem sido capaz de produzir resultados

consistentes quanto à sustentabilidade econômica da produção global de café. Assim, observa-se crescente frustração por parte dos países produtores no que diz respeito aos benefícios concretos gerados pela organização.

A OIC, com sua longa experiência, tem que avaliar a presente conjuntura do setor cafeeiro e compreender as mudanças que se fazem necessárias, servindo, de fato, aos cafeicultores. A organização deve ter a determinação e a coragem política de enfrentar os reais desafios da economia cafeeira mundial, o que significa não se furtar a discutir o principal tema dos produtores, ou seja, preços remuneradores.

Por meio do AIC 2007, a OIC deve sinalizar uma mudança de rumo quanto à defesa dos reais interesses da cafeicultura mundial e um novo paradigma na colaboração entre países produtores e consumidores. Existe margem, no âmbito do marco jurídico do novo acordo, para o fortalecimento das atividades da organização referentes à sustentabilidade econômica.

A discussão estratégica sobre desenvolvimento do café, do Plano de Ação Estratégico para o Período 2009/2014, e do Programa de Trabalho da Organização para o ano cafeeiro 2009/2010, que teve início na rodada de reuniões da OIC realizada no mês passado, em Londres (ING), constitui a conjuntura ideal à redefinição das prioridades da organização, com maior enfoque em temas econômicos.

Devem ser privilegiados, entre outros, o aumento da participação dos países produtores na cadeia de valor agregado do café, a identificação e a eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias e de práticas que prejudicam a agregação de valor, como a escalada tarifária, bem como a criação de mecanismos de financiamento que permitam aos produtores retomarem o controle do processo de formação de preços.

Assim sendo, discursando em nome da delegação brasileira presente em Londres na rodada de reuniões da OIC, conclamei os governos presentes para empreenderem uma revisão de suas posições quanto ao efetivo apoio à sustentabilidade econômica da cafeicultura mundial, uma vez que a colaboração entre países produtores e consumidores é de fundamental importância para que se possa criar uma agenda efetivamente construtiva, na busca de uma conjuntura favorável para todos que fazem do café sua principal atividade.

Tenho certeza de que o governo brasileiro está pronto para cooperar com os demais países membros da OIC nesse sentido, afinal sabemos que a prosperidade econômica do produtor é o melhor caminho para se chegar à sustentabilidade da cafeicultura mundial, incluindo seus pilares social e ambiental.

* Presidente da Frente Parlamentar do Café na Câmara dos Deputados e da Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso (Cooparaíso)

UM RAIÓ-X DA CAFEICULTURA BRASILEIRA

Paulo André Colucci Kawasaki



Conselho Nacional do Café

Maior e mais importante país produtor de café do mundo, o Brasil apresenta notável diversidade no cinturão cafeeiro, bem como em qualidades e modelos tecnológicos, o que, consequentemente, gera custos de produção bastante díspares. Além disso, o País é o maior exportador e segundo maior consumidor mundial da *commodity*, caminhando a passos largos para assumir a liderança na quantidade de bebida consumida.

O café produziu e distribuiu riquezas ao longo de nossa história, gerando renda, divisas e empregos nos locais onde se instalava. Não à toa, desde o enraizamento da cafeicultura brasileira, no início do período colonial, o café foi um produto associado ao pioneirismo e à inovação, com a cadeia produtiva se caracterizando por elaborar arranjos institucionais eficazes, os quais sempre respondiam aos desafios e obstáculos que emergiam em cada época.

Em 1952, surge o Instituto Brasileiro do Café (IBC), entidade criada devido à necessidade de se implementar uma nova lógica de inserção do café na economia nacional, cujo objetivo era definir políticas ao setor, assim como controlar e coordenar sua estratégia em todos os elos da cadeia, desde a produção até a comercialização interna e externa.

Coordenado pelas deliberações do IBC, o setor cafeeiro se reestruturou, obteve grandes avanços e, nas décadas de 50 e 60, passou a exercer um novo papel no desenvolvimento da economia nacional, cabendo-lhe a responsabilidade de arcar com a maior parte das necessidades cambiais do País, já que gerava receita para a compra de bens de capital destinados ao nascimento do processo de industrialização e estruturação do Brasil.

Vislumbrando algo ainda maior, a cadeia produtiva do café, consistente nas políticas internas e ancorada na diplomacia brasileira, inovou ao buscar o apoio de outros países produtores para a instalação de acordos internacionais, ainda na década de 50, criando uma nova estratégia para estabelecer relações de parcerias.

Tal iniciativa, envolvendo todos os países produtores e, em uma segunda chamada, as principais nações consumidoras, resultou, no ano de 1962, na criação da Organização Internacional do Café (OIC).

Essa foi uma experiência inédita no agronegócio mundial e que se sustenta até os dias atuais, buscando a constituição de um mercado mais justo e equilibrado, principalmente no que se refere à defasagem da distribuição das divisas geradas pelo café.

Entretanto, chegou o biênio 1989/1990 e, com ele, a extinção do IBC e o fim das cláusulas econômicas, ou seja, no Brasil se optou por uma maior divisão da pauta exportadora – com os

produtos industrializados surgindo como reflexo do dinheiro do café investido nesse setor – e, mundialmente analisando, o principal foco dos acordos que deram origem à OIC chegava ao fim. Dessa forma, o papel da organização foi se esvaziando, o que abriu espaço para o chamado mercado livre.

A partir desse momento da história, e já sem um órgão regulador interno, a cafeicultura brasileira alternou bons e maus momentos, mas a ausência do governo federal na implantação de políticas públicas específicas para o setor não permitiu o aproveitamento dos momentos benévolos e tampouco a recuperação do setor nas épocas de agravamento financeiro.

Comportamento do mercado internacional *Transferência dos estoques*

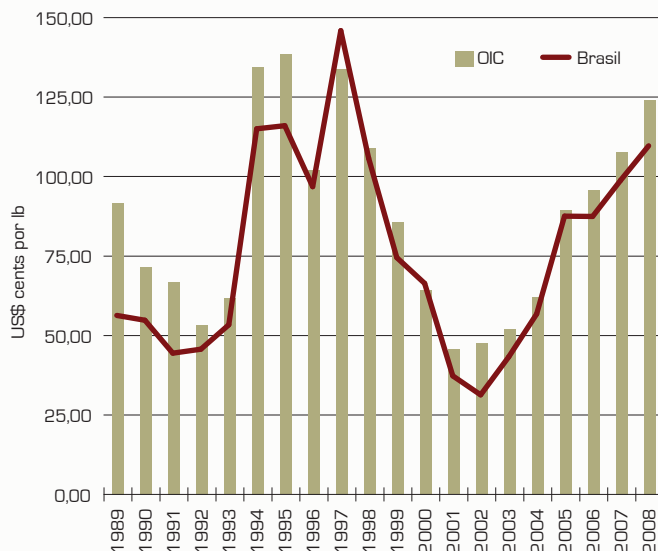
Com a suspensão das cláusulas econômicas do Acordo internacional do Café, em 1989, que buscavam ordenar o fluxo do produto por meio de cotas de exportação e níveis de preço de mercado, garantindo valores remuneradores aos países produtores, o mercado cafeeiro internacional mudou significativamente.

Em um primeiro momento, as nações cafeeiras acreditavam no retorno das cotas e relutavam em ajustar seus procedimentos a essa nova realidade, mantendo, dessa maneira, seus órgãos internos reguladores. O Brasil, que em 1990 elegera diretamente seu primeiro governo democrático, realizou uma profunda reforma administrativa na gestão pública e, como já informado, extinguiu o IBC.

Apesar da não mais existência do instituto, o governo federal manteve os estoques públicos (estratégicos) sob sua administração, evitando a venda desses cafés por anos, o que, certamente, impediu a formação de uma situação ainda mais dramática no que se refere aos preços do mercado.

De outro lado, os demais países produtores deram início a um processo de venda desses estoques para, em parte, compensar a

Preço no Brasil X Preço Composto



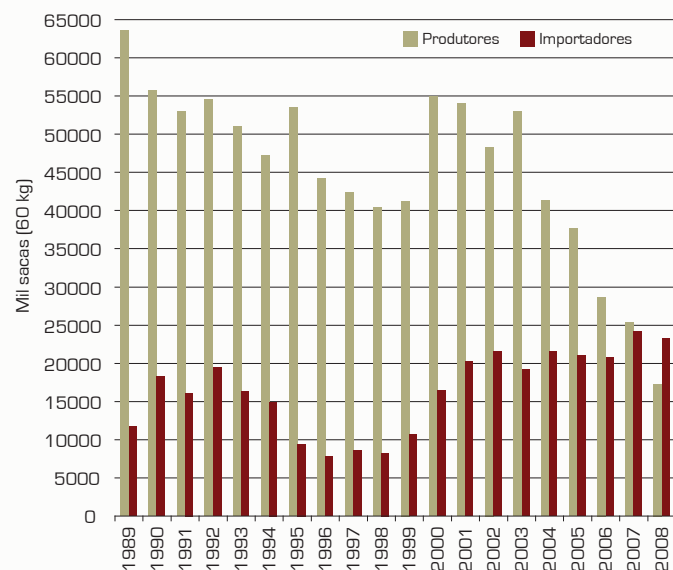
Fonte: OIC

queda nos preços internacionais motivada pela liberalização do mercado cafeeiro.

O Brasil manteve a retenção de seus estoques públicos de café até 1994, ano em que o País alterou sua estratégia para fazer o chamado “choque de oferta”, cuja intenção era frear a disparada dos preços que acontecia no período em função de uma geadada ocorrida nos cafezais brasileiros. Somente naquele ano, o Brasil vendeu aproximadamente 2,5 milhões de um total de cerca de 17,4 milhões de sacas estocadas.

Ainda que tomada com a intenção de mitigar momentos de disparadas ou de desmoronamentos no mercado cafeeiro internacional, a postura de realização dos estoques adotada pelos países produtores foi negativa ao setor, haja vista que novos estoques passaram a ser formados nas nações importadoras, transferindo a elas o poder de formação de preços, o que acentuou o desequilíbrio entre oferta pulverizada e demanda oligopolizada, uma vez que os principais consumidores são países desenvolvidos e que concentram a pequena elite das indústrias torrefadoras mundiais (Nestlé, Kraft Foods, Sara Lee, Folgers, Tchibo e Starbucks).

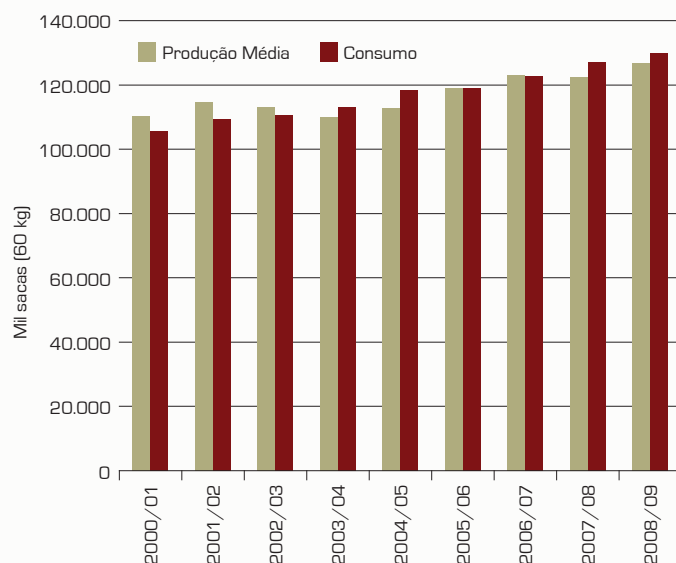
Evolução anual dos estoques em países produtores e importadores



Fonte: OIC

Com base nos gráficos anteriores, que mostram a reversão dos principais armazenadores de café no mundo e a recuperação constante dos preços do café ao longo dos últimos sete anos, não podemos cair na ilusão de que os países importadores não exercem diretamente pressão nas cotações. Isso porque, em 2001, ano em que se iniciou a ascensão dos preços, estes estavam em níveis historicamente pífios, além do fato de que essa recuperação baseou-se, principalmente, no crescimento contínuo do consumo mundial ante uma evolução menor das safras médias globais.

Evolução anual de produção média e consumo mundiais



Fonte: OIC

Comportamento do mercado internacional

Transferência dos lucros

A inversão ocorrida nos detentores dos estoques de café, os quais migraram dos países produtores aos consumidores, gerou um desequilíbrio na distribuição da receita gerada com a comercialização do produto.

Segundo dados da ONG Oxfam, em 1991, ainda sem a influência do fim das cláusulas econômicas e dos reflexos do livre mercado, os países produtores detinham 30% dos US\$ 21 bilhões gerados pelo mercado de café. Dez anos após, esse percentual decresceu a apenas 8%, com os países exportadores recebendo, em 2001, míseros US\$ 5,6 bilhões de um total de US\$ 64,4 bilhões.

De lá para cá, passados mais oito anos, a conjuntura mercadológica não se alterou significativamente, com dados preliminares, apurados pela Frente Parlamentar do Café em ONGs, indicando que o percentual recebido pelos países produtores oscila entre 7% e 15% de uma movimentação total de quase US\$ 100 bilhões.

Comportamento do mercado brasileiro

Câmbio: o maior imposto

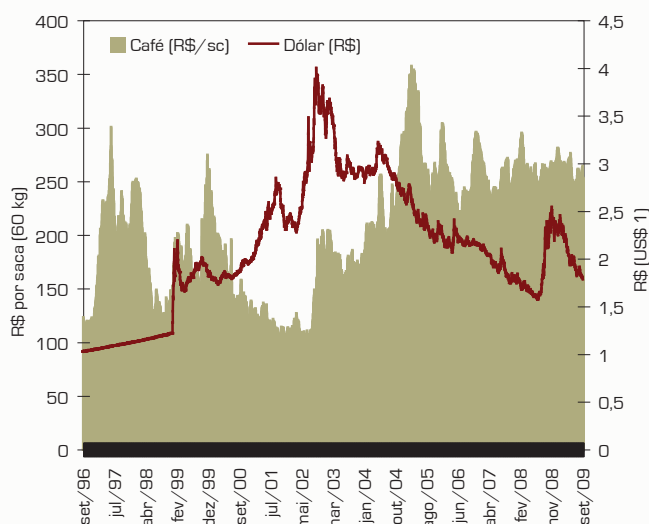
Enquadrado nessa nova situação de livre mercado, o Brasil passou a sofrer com a disparada dos custos de produção e a estabilização dos preços do café no mercado físico, uma vez que, por mais que o mercado internacional apresente cotações mais elevadas, a política cambial interna impossibilita que esses ganhos sejam repassados aos produtores.

Com base em dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Cepea/Esalq), da Universidade de São Paulo (USP), notamos que a variação do dólar diante do real, de meados de

2002 até os dias atuais, percorreu um caminho oposto ao seguido pelos preços do café no mercado físico.

Assim, o cafeicultor, já sem condições de ter reservas financeiras para se planejar em relação à aquisição de insumos, vive situação extremamente negativa, pois tão logo negocia sua safra e honra seus compromissos relativos às linhas de crédito de agentes financeiros, obtendo novos recursos para adquirir os insumos e investir em suas lavouras, eles veem o dólar subir em relação ao real e, conseqüentemente, seus custos de produção acompanharem essa trajetória. Dessa forma, o câmbio se tornou o “maior imposto” que o produtor paga.

Evolução dos preços do café e do dólar no Brasil



Fonte: Cepea/Esalq

Não bastasse o cenário descrito, é interessante notar que, principalmente após o ano de 2003, toda vez que os preços internos do café apresentaram recuperação, a divisa norte-americana, de outro lado, caía, sendo o fato aliado à disparada dos custos de produção, um dos principais fatores da perda de rentabilidade do cafeicultor brasileiro.

Comportamento do mercado brasileiro

Disparada dos custos de produção

Além dos problemas cambiais, a cafeicultura brasileira viveu e ainda vive com a ascensão desenfreada de seus custos de produção, com os principais insumos e maquinários utilizados na lavoura tendo seu valor elevado em mais de 250% desde 1994, ao passo que o preço da saca de café arábica nacional subiu pouco mais de 20% no mesmo intervalo.

Esses dados são adequados para chegarmos a um verdadeiro raio X da crise da cafeicultura brasileira, pois demonstram o crescimento do preço dos fatores de produção, ao passo que a cotação do café permanece praticamente “tabelada”, o que retirou a rentabilidade do produtor e gerou o acúmulo crescente de dívidas.

Preço dos insumos x preço do café de 1994 a 2009 (últimos 15 anos)

	1994	2006	2009	Aumento [%]
Insumos agrícolas				
Salário Mínimo (R\$)	67,39	350,00	465,00	590,0
Adubo 20-5-20 (t)	180,00	650,00	1.090,00	505,5
Calcário (t)	6,00	6,00	25,50	325,0
KWA Energia Elétrica (R\$)	0,06	0,32	0,28	366,6
Trator Valtra Cafeeiro (R\$, à vista)	18.000	62.000	65.000	261,1
Óleo Diesel (R\$/litro)	0,32	1,85	2,00	525,0
Produtos				
Milho (R\$/saca de 60 kg)	8,00	17,87	22,36	179,5
Arroba do boi (R\$, à vista)	25,60	51,69	80,76	215,5
Leite B (R\$/litro)	0,37	0,55	0,80	116,2
Café Arábica (R\$/saca de 60 kg)	200,00	249,76	248,60	24,3
Valor da saca de café se corrigido pela média dos salários e insumos (R\$)			1.314,84	428,9
Valor da saca de café se corrigido pela média dos produtos (R\$)			672,20	170,4

Fonte dos dados: SRB, MTE, Cepea/Esalq

Para se ter uma idéia dessa defasagem, caso corrigido pelo crescimento percentual médio ocorrido nos valores de salários e insumos (+428,9%), a saca de café deveria ser cotada, atualmente, a R\$ 1.314,84. Já se corrigida pelo crescimento dos demais produtos (170,4%), a saca de café chegaria a R\$ 672,20.

Além disso, não podemos esquecer que o cafeicultor brasileiro, mesmo sendo o mais competente e detentor das melhores qualidade e produtividade mundiais, sofre ainda com a legislação mais severa do planeta, tanto a trabalhista quanto a ambiental, fato que aumenta ainda mais seus gastos para produzir dentro dos padrões exigidos.

Em situações como esta, o governo deveria interferir positivamente, adotando medidas que apresentem ao mercado um patamar mínimo justo de preço a ser pago pelo produto. Infelizmente, o que se viu foi o oposto.

Desde a safra 2001/02, quando o café foi incluído na Política de Garantia de Preços Mínimos, as cotações estipuladas para o produto ficaram sempre muito aquém da realidade de mercado e dos custos de produção. Assim, se desfez a ideologia de um preço mínimo de garantia, o qual deveria, dentro de livre competitividade, expressar um patamar que possibilite que a mercadoria não seja comercializada abaixo dos níveis financeiros gastos para ser produzida.

Evolução dos preços mínimos para café

Safras	Arábica	Robusta	Decretos / Votos
2008/09	R\$ 261,69*	R\$ 156,57	Voto CMN – 30/04/2009
2007/08	R\$ 211,75	R\$ 124,40	6.557 – 08/09/2008
2006/07	R\$ 157,00	R\$ 89,00	6.078 – 10/04/2007
2005/06	R\$ 157,00	R\$ 89,00	5.838 – 10/07/2006
2004/05	R\$ 157,00	R\$ 89,00	5.494 – 20/07/2005
2003/04	R\$ 157,00	R\$ 89,00	5.071 – 07/05/2004
2002/03	R\$ 157,00	R\$ 89,00	4.783 – 17/07/2003
2001/02	R\$ 113,00	R\$ 64,00	4.325 – 07/08/2002

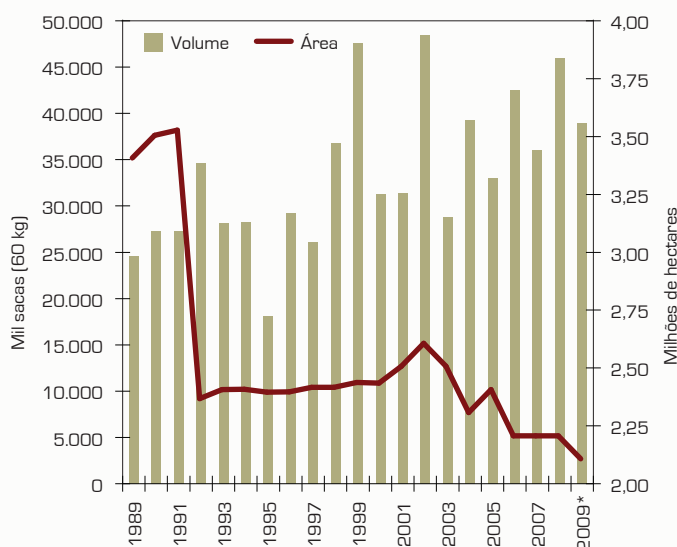
* Arábica tipo 6, bebida dura p/ melhor, até 86 defeitos, peneira 13 acima e umidade de até 12,5%
 Arábica tipo 6, bebida dura p/ melhor, até 86 defeitos, peneira 14 acima e umidade de até 12,5%
 Robusta tipo 7, até 150 defeitos, peneira 13 acima e teor de umidade de até 12,5%

Comportamento do mercado brasileiro

Competência do produtor do Brasil

Apesar de todos os empecilhos expostos, o produtor nacional de café mantém sua responsabilidade com a sustentabilidade em seus três aspectos – social, ambiental e econômico – e praticamente dobrou a produtividade, elevando a produção sem ampliar a área destinada à cultura. Isso só foi possível devido às linhas de financiamentos disponibilizadas pelos diversos agentes financeiros que trabalham com os recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

Evolução da área e das safras no Brasil



Fonte: USDA e Conab

Entretanto, esse fator, atualmente, passa a ser desconsiderado, uma vez que a incongruência existente entre preços e custos inviabilizou que o produtor honrasse seus compromissos com os

agentes financeiros, retirando-lhes, portanto, o acesso ao crédito. Assim, o produtor, irônica e infelizmente, deixa de ter direito aos recursos de um fundo que foi constituído por sua própria contribuição.

Descaso com o café – Brasil

Governança do Funcafé

Pressionada pelas entidades representantes de classe, como o Conselho Nacional do Café e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Câmara dos Deputados instituiu, em dezembro de 1995, uma Comissão Especial para debater a gestão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, com o objetivo de adaptá-lo aos novos tempos da economia e da cafeicultura mundiais. O fruto desse trabalho, liderado no Congresso pelos deputados federais Carlos Melles e Silas Brasileiro, resultou, em outubro de 1996, na criação do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC).

Definiu-se que o conselho seria composto por representantes do setor privado e do governo federal, sendo uma instância para diálogo democrático e deliberativo sobre o agronegócio café. Os primeiros trabalhos realizados pelos titulares do CDPC foram pró-ativos, implicando a elaboração de planos de safra que utilizam recursos do Funcafé para o financiamento de custeio, colheita e comercialização. Com o passar do tempo, novas linhas foram criadas para “subsidiar” o produtor, como as de investimento em pesquisa e *marketing* e as especiais para recuperação de cafezais afetados por chuvas de granizo e para liquidação de dívidas vinculadas às Cédulas de Produto Rural (CPRs).

Lamentavelmente, à medida que foram adotadas essas medidas pelo CDPC, o governo se esqueceu de cuidar do café em função da pouca representatividade econômica que ganhara na pauta exportadora. Assim, o setor produtor mergulhou em empréstimos sucessivos para manter a atividade, sendo esse o fator do aumento da produtividade e da adoção da sustentabilidade em seus três pilares.

Passaram-se mais de dez anos nos quais o produtor comercializa seu café abaixo dos custos de produção, o que reflete o abandono e a inexistência de políticas públicas ao setor. Essa situação desencadeou uma inadimplência considerável nos pagamentos das linhas de financiamentos do Funcafé criadas pelo CDPC e, conseqüentemente, impossibilita que o produtor se capitalize, com novos créditos, para continuar investindo nas lavouras e manter a competitividade da cafeicultura brasileira no mundo.

S.O.S. Café

Insatisfeitos como cenário atual e quase em situação de insolvência, os cafeicultores brasileiros se mobilizaram. O primeiro ato foi a realização de uma audiência pública, solicitada pelo deputado Carlos Melles, presidente da Frente Parlamentar do Café na Câmara dos Deputados, que debateu a situação econômica do produtor e aprovou propostas elaboradas pelo CNC e pela

CNA para tentarem sanar o crônico endividamento e a falta de renda na atividade.

Passados quase quatro meses da audiência, o governo federal não tomou posição em relação à situação do café, não adotando nada do proposto pelas lideranças. Como reflexo, o setor produtor voltou a se organizar e, liderado pelo Conselho Nacional do Café, juntou mais de 25 mil pessoas, no dia 16 de março, em Varginha (sul de MG), no Movimento S.O.S. Cafeicultura – Marcha pelo Café, manifestação pacífica e ordeira que uniu toda a sociedade na defesa do setor produtor da cafeicultura.

Esse apoio se justifica pelo fato de o café ser a principal fonte de emprego e renda nos aproximadamente 1.900 municípios em que é cultivado. Assim, com o produtor descapitalizado, tanto o comércio quanto a indústria locais sentem esse reflexo e o empobrecimento dessas localidades se torna iminente.

Ao término da Marcha pelo Café, foi elaborada a *Carta de Varginha*, na qual lideranças de classe e da sociedade, senadores, deputados estaduais e federais endossaram os pleitos aprovados na audiência pública de dezembro de 2008, que têm como pilar de sustentação a geração de renda e a consequente saída do endividamento.

A proposta base foi assim definida: “conversão de toda a dívida do segmento produtor da cafeicultura nacional, consideradas as operações adimplentes e inadimplentes do Funcafé e das demais fontes de crédito rural, consolidadas em 31 de dezembro de 2009, em produto físico – sacas de 60 kg de café –, pelo preço referencial de R\$ 320,00, ao longo de 20 anos, de modo que sejam quitados 5% ao ano.

O governo federal sentiu o peso do setor produtor, que realizou mais duas audiências públicas na Câmara dos Deputados, uma para debater o endividamento agrícola nacional e outra para discutir a governança do Funcafé. Além disso, as áreas

econômica e de planejamento do governo passaram a entender melhor a situação vivida pelos produtores e, em conjunto com o Ministério da Agricultura, adotou medidas iniciais, atendendo parcialmente aos pedidos dos cafeicultores (veja detalhes na matéria *Governo teve ação positiva, mas cafeicultura precisa de mais*, nesta edição de *Agroanalysis*).

O novo despertar do gigante

Brasil disposto a implantar política programática para o café

Em setembro deste ano, ao longo da última rodada de reuniões da Organização Internacional do Café, em Londres (ING), o governo brasileiro, representado pelos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura, por parlamentares da Câmara Federal, e também pelo Itamaraty, retomou velhos costumes, assim como ocorrido nas décadas de 50 e 60, e expôs sua intenção de implantar políticas consistentes para a cafeicultura nos cenários interno e externo.

A missão brasileira esclareceu a sua intenção de reassumir a liderança e a responsabilidade pela cafeicultura mundial ao expor sua nova prioridade, que é a de introduzir uma agenda de ações de sustentabilidade econômica na cafeicultura mundial, uma vez que sustentabilidades ambiental e social só se tornam realidades com a estabilidade financeira dos produtores. Essa postura recebeu apoio dos demais países cafeicultores do mundo.

A conclusão desse material está diretamente ligada ao atendimento integral dos pleitos do setor produtor, que estão expostos na matéria *Governo teve ação positiva, mas cafeicultura precisa de mais*, e seguem os passos do ilustre escritor carioca Machado de Assis no livro *Dom Casmurro*. Ou seja, finalizamos voltando ao começo, na expectativa de que o governo federal e a Organização Internacional do Café retomem a postura de verdadeiras lideranças sobre a cafeicultura e deliberem sobre trabalhos e ações que foquem a geração de renda aos produtores e, consequentemente, a todos os elos da cadeia produtiva.



GOVERNO TEVE AÇÃO POSITIVA, MAS CAFEICULTURA PRECISA DE MAIS

“O governo federal começou a entender a crítica situação financeira vivida pela cafeicultura brasileira, mais especificamente no que se refere ao setor produtor, e deu início a uma série de ações que tem o objetivo de tentar sanar o endividamento, à medida que passem a gerar renda aos produtores”. Essa é a análise da conjuntura política atual que faz o presidente do Conselho Nacional do Café (CNC), Gilson Ximenes.

Segundo ele, quem é “do ramo” está mais do que ciente dos fatores que ocasionaram o endividamento e o acúmulo de dívidas do setor. “Ninguém duvida que foi a inexistência de uma política específica para o cafeicultor, que gerasse renda, que ocasionou toda essa situação. O bom é que, agora, passando a ter ciência disso [*desencadeamento e evolução da crise econômica*], o governo dá sinais de que deve atuar para salvar nossa cafeicultura”, destaca.

Até o fechamento desta edição de *Agroanalysis*, a atual equipe do governo federal responsável pela cadeia do agronegócio café tomou várias iniciativas focando melhorias à cafeicultura. “Não questionamos o fato de que o governo, principalmente no que se refere ao Ministério da Agricultura, vem tentando solucionar nossos problemas financeiros, mas as medidas adotadas até o presente momento são paliativas, servindo apenas para dar um alívio imediato, e não a solução definitiva”, pondera Ximenes, recordando que as ações implantadas pelo governo ficaram muito aquém dos pleitos do setor.

Para melhor entender a situação descrita, o Conselho Nacional do Café elaborou, por meio de sua assessoria, um quadro comparativo entre as propostas do setor e as ações adotadas. Além disso, o CNC fez suas considerações a respeito de cada ponto. Veja, nas páginas seguintes, este comparativo.

Analisando o paralelo traçado pelo conselho, o presidente da entidade explica que, apesar das medidas terem ficado aquém das solicitações do setor, elas compõem o primeiro passo de uma caminhada rumo à recuperação da cafeicultura nacional. “Isso porque tendem a dar liquidez ao cafeicultor e gerar sustentação aos preços, principalmente quando tiver início a aquisição direta por parte do governo. Essa medida deve retirar até 10 milhões de sacas do mercado para o início da recomposição dos estoques públicos”, salienta Ximenes.

No entanto, ele anota que as negociações com o governo não acabaram, pois o setor necessita de muito mais ações pró-ativas para seu ressurgimento econômico. “Inicialmente, vamos trabalhar para fazer com que o pagamento dos 20% das linhas de Custeio e Colheita, previsto para este ano, seja transferido para 2010, de forma que a amortização das quatro parcelas restantes tenha início em 2011”, explica. Ximenes completa que “essa medida se faz necessária porque os produtores estão sem condições financeiras para quitar o montante referente aos 20%”.



“Medidas são boas, mas paliativas. O café necessita de mais apoio”

O presidente do CNC defende a continuidade das negociações para que a íntegra dos pleitos do setor produtor seja colocada em prática. “Somente assim podemos vislumbrar um futuro promissor e positivo para essa atividade praticamente tricentenária que, entre outros fatores, ajudou a estruturar o Brasil e ainda hoje é a que mais gera emprego no meio agrícola, disponibilizando mais de 8 milhões de postos de trabalho no campo ao ano”, menciona.

E é destacando a importância social da cafeicultura nos cerca de 1.900 municípios onde é a principal fonte de renda e geração de empregos que o presidente do CNC deixa um recado direto à política governamental atual. “Sabemos que nosso governo prioriza a questão social e tem muita razão nisso, portanto mantemos a esperança de que os responsáveis pela política cafeeira no Brasil, incluindo o presidente Lula, sejam lúcidos e colaborem para a manutenção dessas milhões de pessoas na atividade cafeeira”, finalizou.

CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ – CNC

PROPOSTA PADRÃO DO SETOR PRODUTOR – SOS CAFÉ

1. ELEVAÇÃO DO PREÇO MÍNIMO DE GARANTIA

- **Pleitos do setor** R\$ 320,00 para a saca de café arábica tipo 6, principalmente considerando a disparada dos custos de produção.
- **Medidas governamentais** Ampliação de R\$ 211,75 para R\$ 261,69.
- **Considerações do CNC** O valor do preço mínimo, apesar de reajustado para R\$ 261,69, mostra-se insuficiente frente ao custo de produção atual, que, em média, é 22% superior. Contestamos esse valor, criticando a Conab pelo fato de ter chegado a ele por meio de um levantamento embasado em um “padrão modal”, que apontou uma produtividade média de 30 sacas/ha, ao passo que a própria Conab estima uma produtividade média de 18,55 sacas/ha em sua terceira estimativa à safra atual brasileira.

2. PROGRAMA DE OPÇÕES PÚBLICAS DE CAFÉ

- **Pleitos do setor** Oferta de contratos referentes a 3 milhões de sacas de 60 kg de café arábica tipo 6/7 – peneira 14 acima, até 10% de vazamento e 12,5% de umidade –, com o vencimento da entrega ocorrendo todo em 2009, a um preço de exercício de R\$ 320,00. Aporte orçamentário de R\$ 1 bilhão.
- **Medidas governamentais** Realização de 4 (quatro) leilões, com oferta de 3 milhões de sacas e vencimentos em novembro de 2009 e janeiro, fevereiro e março de 2010, a preços de exercício de, respectivamente, R\$ 303,50, R\$ 309,00, R\$ 311,70 e R\$ 314,40.

Qualidade: café arábica tipo 6, bebida dura para melhor, 86 defeitos, peneiras 14 acima (após solicitação de alteração do setor, uma vez que inicialmente havia sido determinada peneira 13), admitido até 10% de vazamento e 12,5% de umidade.

- **Considerações do CNC** O setor de produção pleiteou o volume de 3 milhões de sacas, mas ao exercício de R\$ 320,00, para cafés tipo 6/7 e não tipo 6, conforme concretizado no programa, com o exercício previsto todo para este ano de 2009, ao contrário do que foi oficializado pelo governo, com a maior parte do exercício se dando em 2010. Qualidade: salientamos que, como foi exigido o tipo 6 com o máximo de 86 defeitos, há a necessidade de processamento para adequação de qualidade, pois o café vindo da lavoura dificilmente apresenta estas características, classificando-se, na maioria, como tipo 6/7. Considerando isso, houve um custo adicional para adequação à qualidade solicitada pelo governo, o qual totaliza cerca de R\$ 8,20, sendo R\$ 2,60 referentes ao rebenefício para enquadramento do lote na qualidade sugerida pelo governo, R\$ 5,00 à diferença de qualidade entre os cafés tipo 6 e tipo 6/7 e R\$ 0,60 à quebra técnica, sendo 0,2% de perda em peso no rebenefício.

3. RECOMPOSIÇÃO DOS ESTOQUES GOVERNAMENTAIS DE CAFÉ

- **Pleitos do setor** Possibilidade de conversão de toda a dívida financeira (Funcafé e demais linhas do Crédito Rural) em produto físico, também ao valor de referência de R\$ 320,00, conforme proposta padrão supramencionada.
- **Medidas governamentais** O governo acredita que a recomposição pode ser efetuada quando do possível exercício dos contratos de opção de venda à Conab, cujos preços de exercício ficaram aquém do esperado pelo setor, com exceção aos vencimentos relativos a março de 2010 – época em que provavelmente o produtor não terá mais café para a entrega –, e ampliados com o recebimento em produto das dívidas das linhas de financiamento Funcafé – Dação em Pagamento

(Alongamento) e Estocagem pela União. O governo também anunciou a aplicação de R\$ 300 milhões diretamente na aquisição de café. O *modus operandi* será semelhante ao do AGF (capital do Tesouro Nacional), porém com recursos originários do Funcafé. Cada produtor poderá participar com até 1.000 sacas de 60 kg dos cafés arábica tipo 6, bebida dura para melhor; e tipo 7 bebidas dura, riada e rio, com os valores, por saca, situando-se em R\$ R\$ 261,69 (mínimo), R\$ 254,01, R\$ 240,16 e R\$ 213,16, respectivamente. No ato da compra, o governo acrescentará aos preços mencionados o reembolso do INSS e da sacaria, o que deve gerar um incremento em torno de R\$ 15,00 por saca.

- **Considerações do CNC** O programa de opções não deve ter como objetivo a recomposição de estoques por parte do governo, mas, sim, a sustentação de preços no mercado. A recomposição dos estoques públicos é considerada fundamental pelo setor produtor para que o País não perca seu *market share* e não sofra desabastecimento em caso de sinistros climáticos, como seca ou geadas. Contudo, com o preço mínimo (R\$ 261,69) tendo sido fixado em níveis bem inferiores aos custos de produção, provavelmente nenhum produtor pagará suas dívidas das linhas Funcafé – Dação em Pagamento e Estocagem com o produto, não havendo, portanto, recomposição alguma. Além disso, necessitamos que a conversão seja autorizada a todas as linhas de financiamento destinadas à cafeicultura e não apenas às duas atendidas.

4. RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS

4.1. Operações do Funcafé – Dação em Pagamento (Alongamento)

- **Pleitos do setor** Proposta padrão
- **Medidas governamentais** Operações com risco da União, renegociadas em 2002 e que representam cerca de R\$ 1,2 bilhão. A Lei 11.775/2008 concedeu prazo adicional até 2020 ao pagamento, com redução da taxa de juros para 3,75% a.a. Para todos os devedores (adimplentes e inadimplentes – desde que tenham quitado 5% do saldo inadimplente até 30/06/2009), foi exigida apenas a parcela de 2009 (a de 2008 foi incorporada nas prestações futuras). Foram concedidos descontos de 7% a 25% do saldo devedor para liquidação da operação entre 2008 e 2010. O prazo ao pagamento da prestação de 2009 foi ampliado a 30/12/2009. Além disso, foi permitido o pagamento das parcelas em produto, considerando a divisão do valor de cada parcela pelo preço mínimo vigente na data de pagamento.
- **Considerações do CNC** A reivindicação do setor para esta linha era de mais 20 anos, conforme a proposta padrão, com o prazo sendo estendido até 2028. Quanto à parcela de 2008 ter sido incorporada nas prestações futuras, a autorização se deu após o vencimento, quando grande parte dos produtores já havia pagado, na maioria dos casos, com recursos levantados nos bancos (“mascarando” o endividamento) a taxas de operações de crédito ao consumidor. Mesmo quem não pagou, está até hoje com o cadastro em situação de inadimplência junto ao Banco do Brasil.

4.2. Operações de Custeio e Colheita de Café

- **Pleitos do setor** Proposta padrão
- **Medidas governamentais** Operações realizadas por diversos agentes financeiros, com risco integral dos mesmos. O saldo devedor, em 31/12/2008, era de R\$ 826 milhões. O governo permitiu a renegociação das operações de Custeio e Colheita, contratadas a partir de junho de 2007, vencidas entre 01/12/2008 e 31/03/2009, de forma que pelo menos o mínimo de 20% do saldo devedor fosse quitado até a data de

PROPOSTA: Conversão de toda a dívida do segmento produtor da cafeicultura nacional, consideradas as operações adimplentes e inadimplentes do Funcafé e das demais fontes do Crédito Rural, consolidadas em 31 de dezembro de 2009, em produto físico – sacas de 60 kg de café –, pelo preço referencial de R\$ 320,00, ao longo de 20 anos, de forma que sejam quitados 5% ao ano.

vencimento (31/03/2009), distribuindo o saldo remanescente em até quatro parcelas anuais, a juros de 7,5% a.a., com o vencimento da primeira em 2010, no período de obtenção de maior renda pelo produtor. Contudo, a Resolução 3.785, de 16/09/2009 autorizou que os mutuários que se encontrem inadimplentes por não terem efetuado o reescalonamento dessas dívidas até 31/03/2009, poderão fazê-lo até 31/10/2009, mantendo as demais condições supracitadas.

Safra 2008/09: o governo permitiu a renegociação das operações de Custeio e Colheita, contratadas com recursos do Funcafé, vencidas e vincendas entre 16/09/2009 e 31/03/2010 – desde que comprovada a incapacidade de pagamento do mutuário, com base no item 9 da seção 6 do capítulo 2 do *Manual do Crédito Rural*, e que o mesmo manifeste o interesse em efetuar o reescalonamento até a data de vencimento da operação –, de maneira que pelo menos o mínimo de 20% do saldo devedor seja quitado até a data de vencimento originalmente pactuada, distribuindo o saldo remanescente em até quatro parcelas anuais, iguais e sucessivas, com o vencimento da primeira parcela em até 12 (doze) meses a partir da data de pagamento da amortização mínima (20%) prevista.

• **Considerações do CNC** Para ambos os casos, o setor produtor reivindica o prazo de 20 anos, com 1 (um) ano de carência para o pagamento da amortização mínima de 20% e taxas de juros anuais de 3%. Nas duas situações, foi autorizado o parcelamento por 4 (quatro) anos, com amortização de 20% no mês de março, portanto antes do período de obtenção de receitas pelos mutuários. Além disso, foram mantidas as taxas de juros, atualmente fixadas em 7,5% – acima das taxas de operações de crédito rural (6,75% ao ano).

4.3. Operações de Estocagem de Café

• **Pleitos do setor** Conversão das operações de Estocagem em Custeio – com a liberação dos cafés depositados em garantia –, possibilitando que as mesmas passem a ter o mesmo atendimento que sugerimos em nossa proposta padrão.

• **Medidas governamentais** Produto dado como garantia, sendo que, na data do vencimento, o produtor pode prorrogar até 50% do valor financiado por mais até 360 dias. Foram liberados, até 31/12/2008, R\$ 850 milhões, sendo que haviam outros R\$ 195 milhões contratados por industriais via FAC.

Em dezembro de 2008, o governo ampliou o limite de financiamento do FAC de R\$ 10 milhões para R\$ 15 milhões por empresa, elevando, em março deste ano, para R\$ 20 milhões; permitiu-se a prorrogação de até 100% do valor do crédito de estocagem da safra 2007/2008 com vencimento até 30/04/2009, concedendo prazo adicional de mais 360 dias; Além disso, em janeiro de 2009, o CMN flexibilizou a exigência do pagamento de 50% do crédito de estocagem da safra 2008/09, previsto para 30/04/2009, prorrogando-o a 30/04/2010.

O governo autorizou a conversão, em sacas de café, da linha de financiamento de Estocagem do Funcafé da safra 2008/2009. Assim, esta linha se junta à Funcafé – Dação em Pagamento (Alongamento). Em ambos os casos, o cafeicultor poderá quitar suas parcelas com o produto e o valor da conversão terá como base o preço mínimo vigente de R\$ 261,69;

• **Considerações do CNC** Foram atendidos somente os pleitos das indústrias. Para este setor, que não atravessa crise, tampouco tem problemas de solvência e não está sujeito a riscos climáticos, além de ter em seu poder o processo de formação de preços, foram concedidos benefícios, tais como a possibilidade da troca da garantia do produto por

duplicatas representativas a supostas vendas do produto e ampliação do limite por empresa para R\$ 20 milhões. Aos produtores, este limite é de R\$ 750 mil – somadas as demais operações de crédito rural – e não lhes foi permitida a troca da garantia, não havendo, dessa forma, isonomia em relação às condições dadas aos industriais.

Com o preço para os cafés arábicas tipo 6, bebida dura para melhor, tendo sido fixados em níveis bem inferiores aos custos de produção, provavelmente poucos produtores converterão suas dívidas financeiras da linha de Estocagem – tal qual deve ocorrer com a Dação em Pagamento – em sacas de café.

4.4. Linha para recuperação dos cafezais afetados por granizo

• **Pleitos do setor** Criação de linha especial de crédito para possibilitar a recuperação dos cafezais afetados por chuvas de granizo em 2008.

• **Medidas governamentais** Foi criada uma linha especial de crédito, de até R\$ 90 milhões e com até 6 (seis) anos para o pagamento e taxa de juros de 7,5% ao ano, com recursos do Funcafé, para o financiamento de produtores de café que tiveram perdas decorrentes da chuva de granizo, ocorridas ou que vierem a ocorrer entre 1º de julho de 2008 e 30 de setembro de 2009, em, no mínimo, 10% da área de suas lavouras cafezeiras.

• **Considerações do CNC** O prazo de contratação dos recursos desta linha expirará em 30 de setembro de 2009 e o notório é que muito pouco do liberado foi repassado para os produtores pelos agentes financeiros. Assim, os cafeicultores, que tiveram enormes prejuízos com as chuvas de granizo, ainda tiveram que arcar com gastos relacionados à elaboração de laudos técnicos e às despesas de registros de contratos. Apesar de prorrogados os prazos para contratação desde o final do mês de abril, poucos produtores foram atendidos até o presente momento, quando já se passa mais de 1 (um) ano das ocorrências dos sinistros climáticos.

4.5. Linha para liquidação das dívidas vinculadas às CPRs

• **Pleitos do setor** Criação de linha especial de crédito, com recursos do Funcafé, para quitar as dívidas vencidas e vincendas com CPRs (Cédulas de Produto Rural).

• **Medidas governamentais** Para permitir a renegociação das dívidas de CPR (Cédula de Produto Rural), foi criada uma linha especial de crédito, com recursos do Funcafé, de até R\$ 300 milhões, sendo liberados, pelo governo, R\$ 100 milhões inicialmente. A medida vale para as CPRs de 2008 prorrogadas para 2009 e as de 2009 vencidas até 16/09/2009. O financiamento, com recursos também oriundos do Funcafé, terá prazo de quatro anos e juros de 6,75% a. a.

• **Considerações do CNC** Apesar de ter sido autorizada, inicialmente, a liberação de R\$ 100 milhões, e da enorme demanda ocorrida, até outubro de 2009 haviam sido liberados cerca de R\$ 50 milhões. O prazo vigente para contratação expirou no dia 30 de setembro de 2009 e, até o fechamento desta edição da Revista *Agroanalysis*, não havia sido publicada uma medida provisória para a retomada desta linha, conforme se comprometeu o governo federal.

4.6. Recursos Obrigatórios, Recursos Livres e demais fontes do Crédito Rural

• **Pleitos do setor** Atendimento da proposta padrão, com o governo negociando junto aos bancos a viabilidade do pleito.

• **Medidas governamentais** Não contemplado.

• **Considerações do CNC** São extremamente necessários o apoio e a intervenção do governo federal nos agentes financeiros do setor privado para que o grande volume de cafeicultores que tem dívidas vinculadas às linhas de financiamento com R.O., R.L. e demais fontes do Crédito Rural possam permanecer na atividade, pensando em ‘sair do vermelho’ e vislumbrar rentabilidade. Caso isso não ocorra, a tendência é que caminhem à insolvência.

4.7. Taxa de juros do Funcafé

• **Pleitos do setor** Redução dos juros aplicados sobre as contratações com recursos do Funcafé a níveis que possibilitem uma menor pressão sobre os produtores. O nível de 5% foi sugerido.

• **Medidas governamentais** Redução da taxa de juros do Funcafé de 7,5% para 6,75% a. a. para todas as linhas de financiamento em curso e às novas operações. A medida se tornou válida em 1º de outubro de 2009.

• **Considerações do CNC** Consideramos positiva a iniciativa da redução da taxa de juros com operações do Funcafé, mas ainda defendemos taxas menores, reiterando o nível de, no máximo, 5% ao ano.

4.8. Cooperativas de Crédito

• **Pleitos do setor** O setor defendeu o pleito das Creds para a criação de uma linha de crédito para que essas cooperativas possam refinarçar as dívidas de produtores de café, desde que a repactuação seja realizada conforme os moldes de nossa proposta padrão.

• **Medidas governamentais** Criação de uma linha de crédito de R\$ 100 milhões, com recursos do Funcafé, para as Creds refinancearem as dívidas de produtores que comprovarem incapacidade de pagamento. O financiamento será concedido com juros de 6,75% ao ano e os produtores terão quatro anos para quitar as parcelas. Cada cafeicultor poderá financiar até R\$ 200 mil, desde que não seja ultrapassado o limite de R\$ 10 milhões por cooperativa de crédito.

• **Considerações do CNC** Também foi positivo o atendimento parcial do pleito das cooperativas de crédito, porém necessitamos que sejam dados prazo e limite maiores para os produtores quitarem suas parcelas.

4.9. Cafeicultores e o Pronaf

• **Pleitos do setor** Revisão das ‘regras’ do Pronaf para o enquadramento do maior número possível de cafeicultores, uma vez que, mesmo esses sendo pequenos produtores, muitos não são considerados agricultores familiares e ficam de fora do grupo de contemplados pelas linhas do Pronaf devido ao uso intensivo de mão de obra.

• **Medidas governamentais** Foi permitido um rebate de 50% da renda obtida com café para o enquadramento no Pronaf, permitindo que mais cafeicultores sejam beneficiados com as ações do Pronaf; Incluiu-se o café no Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF;

Foi incluído o café entre as atividades financiadas pelo Pronaf Mais Alimentos, permitindo o acesso a financiamentos de até R\$ 100 mil, com juros de 2% ao ano.

• **Considerações do CNC** Poucos produtores têm sido atendidos pelo Pronaf, já que, devido às suas características, mesmo pequenos produtores de café fazem uso intensivo de mão-de-obra, contratada, especialmente, na colheita do café, não se enquadrando, na maioria dos casos, às regras do programa. Dos 370 mil produtores de café no Brasil, 90% são pequenos, contudo menos de 10 mil têm operações do Pronaf, ou seja, menos de 3% do total.

5. PONDERAÇÕES DO SETOR

Concluindo, a produção espera que o governo federal atenda a suas reivindicações para transformação da dívida total do setor (com agentes financeiros públicos e privados) em produto, pelo prazo de 20 anos, ao valor de R\$ 320,00 por saca de café, o qual está em linha com os custos apurados pelos produtores.

Espera, ainda, que os instrumentos de política agrícola, como os Leilões de Opções e o Pepro, sejam utilizados constantemente, a fim de balizar as cotações em níveis que proporcionem minimamente a continuidade da cafeicultura no Brasil. Além disso, solicitamos que esses programas atendam aos parâmetros de preço e padrões mais próximos aos efetivamente produzidos pelos cafeicultores brasileiros (cafés tipo 6/7 ou tipo 7), diferente do ocorrido com os Leilões de Opções deste ano.

6. QUESTÕES ADICIONAIS A SEREM CONSIDERADAS

6.1. Organização Internacional do Café (OIC)

6.1.1. Participação brasileira

Participação brasileira: desde o fim das cláusulas de regulação de mercado (em 1989, na OIC), a Organização tem buscado novo sentido para suas atividades, situação que, em maior ou menor grau, se reproduz em outras organizações internacionais de produtos de base, como a Oicacau e a Oiaçucar. Países importadores têm buscado desviar o foco dessas instituições para tratar de temas como sustentabilidade e certificação de qualidade, com base na imposição de padrões ambientais e trabalhistas nos métodos de produção.

Para os países exportadores, o fim da intervenção direta no mercado internacional de café, por meio do sistema de quotas, não significa que devam ser abandonados os temas de teor econômico. Como maior produtor e exportador mundial de café, além de segundo maior consumidor mundial do produto (o País deverá, em breve, alcançar também a posição de maior consumidor mundial), o Brasil faz jus a posição de destaque na OIC. Nesse contexto, poder-se-ia estudar a possibilidade de empreender esforços a fim de reconduzir um brasileiro à direção da OIC.

Faz-se necessária, ainda, uma reflexão sobre como o Brasil e os demais países produtores poderiam enfatizar a busca por remuneração justa e equitativa aos cafeicultores, bem como maior participação dos países em desenvolvimento nos benefícios e lucros do setor, sobretudo por meio do aumento do valor agregado de seus produtos.

O Brasil vem insistindo na manutenção de temas como escalada tarifária e barreiras ao comércio de café industrializado na agenda da Organização e deve incrementar sua atuação nesse sentido. Cabe recordar que, após a assinatura do Acordo Internacional do Café de 2007 (o AIC 2007 ainda não entrou em vigor, o que só acontecerá após sua ratificação pelo Brasil, devido ao número significativo de votos do País, entre os produtores), serão discutidos, nas próximas reuniões da OIC, os termos de referência dos comitês, além de documentos como o plano de ação estratégica, que deverá pautar as atividades da Organização até 2014.

Nesse sentido, a Frente Parlamentar do Café solicita ao governo brasileiro que peça à OIC extensão do prazo para depósito do instrumento de ratificação do AIC 2007 (o prazo expira em 25 de setembro de 2009) a fim de que possa ser realizada, internamente, reflexão sobre a matéria, por meio de uma audiência pública.

GESTÃO DE CUSTOS PARA TOMADAS DE DECISÕES

Breno Mesquita*



Wenderson Araújo

O Brasil é o maior produtor, exportador e o segundo maior consumidor mundial de café. O País tem aumentado consecutivamente suas exportações no período de 2001 a 2008 e, consequentemente, sua participação no mercado internacional, fechando o último ano com um faturamento de US\$ 4,6 bilhões. Entretanto, apesar da forte competitividade, a cafeicultura brasileira, que passou por crises sucessivas, vem sofrendo atualmente seus efeitos acumulativos, com os preços recebidos pelos produtores ficando muito aquém dos elevados custos de produção.

Em relação aos preços do café nos mercados nacional e internacional, é importante observar que os valores das *commodities* não oscilam apenas em função da relação entre oferta e demanda, mas também de outros fatores, como os especulativos, cambiais e climáticos. Além disso, vale considerar que, no mercado brasileiro, o preço não acompanha o crescimento do mercado internacional. Tanto que, entre janeiro e setembro deste ano, o mercado físico de café arábica manteve-se praticamente estável, enquanto o internacional teve um crescimento de 7,4%, fato que se explica, em parte, pela desvalorização do dólar diante do real.

Nesse contexto, é primordial que o produtor saiba gerenciar seus custos de produção, sendo esta uma importante ferramenta para a tomada de decisão, uma vez que o Brasil apresenta uma notável diversidade de regiões produtoras, qualidades de café, modelos tecnológicos de produção e, também, de custos. Tudo isso, muitas vezes, dentro da mesma propriedade.

A Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que vem acompanhando o custo

de produção da atividade em diversas regiões do País, verificou que o cafeicultor, diante do preço mínimo adotado pelo governo, não está conseguindo suportar as despesas com a atividade, prejudicando a sua viabilidade. A elevação dos custos, principalmente com fertilizantes e mão de obra, além da valorização da moeda brasileira ante o dólar, do menor investimento nos tratos culturais e da bialidade negativa, são fatores que agravam ainda mais a rentabilidade da atividade.

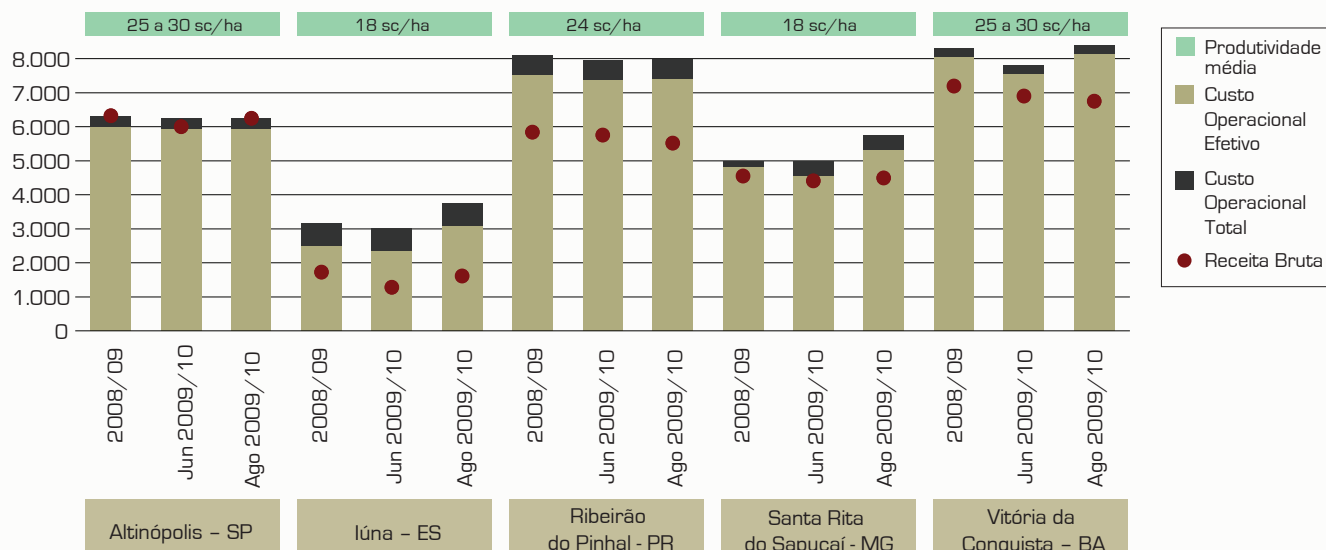
A cafeicultura de montanha [Santa Rita do Sapucaí (MG) e Iúna (ES), no gráfico] concentrada em pequenos produtores, embora tenha condições para produzir um café de excelente qualidade, tem seu custo por saca encarecido pelo uso intensivo de mão-de-obra e uma produtividade média de 18 sacas por hectare. Já a dos cerrados e a de estrutura empresarial [Vitória da Conquista (BA) e Altinópolis (SP)], tem a mecanização como fator principal de redução do custo da saca, atingindo uma produtividade média entre 25 e 30 sacas. No gráfico, os custos são medidos por hectare e não por saca. Como Vitória da Conquista e Altinópolis tem um produção por hectare maior, o custo por saca acaba sendo menor. Altinópolis apresenta um resultado melhor.

Outro fator positivo dessa cafeicultura é a ausência de chuvas na época da colheita, o que eleva a qualidade produzida, impactando positivamente na renda do produtor, fato que já não é observado no Paraná, onde vem ocorrendo atraso e prejuízos na colheita.

O governo adotou medidas de apoio à cafeicultura brasileira e uma política de choque de mercado como estratégia de redução da oferta e elevação dos preços, mas, paralelamente a isso, temos que entender que este é o momento para os cafeicultores se concentrarem na gestão dos custos de produção e em opções viáveis à sua redução, para, assim, obterem suporte à comercialização do café e à renegociação das suas dívidas.

* Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

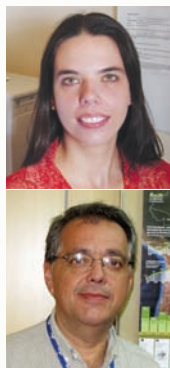
Comparativo dos custos de produção de café – Safra 2008/09 e previsão para 2009/10 (R\$/ha)



TECNOLOGIAS QUE GERAM VANTAGENS COMPETITIVAS

Cibele Aguiar¹

Aymbiré Francisco Almeida da Fonseca²



O país que investe em pesquisa e inovação cria mais emprego, gera oportunidades, desenvolve a economia e se torna mais competitivo. Ciente desta importância, o Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café), que congrega mais de 50 instituições ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, incentiva a busca de soluções tecnológicas por meio da integração de competências e compartilhamento do conhecimento no agronegócio café brasileiro. Em 12 anos de atuação, é possível distinguir indicadores que afetam a competitividade, dentre eles, a capacidade gerencial, o incentivo à adoção de tecnologias e o aperfeiçoamento contínuo são pilares para a adaptação às mudanças e o enfrentamento de novas demandas e desafios.

As transformações na economia moderna têm estabelecido uma turbulência e complexidade crescente no âmbito das cadeias produtivas. O contexto é ainda mais conturbado em função dos condicionamentos advindos com a globalização e novas tecnologias de informação. Historicamente, a cafeicultura enfrenta crises cíclicas e a cada período são exigidos ainda mais jogo de cintura de todos os setores do agronegócio café, sobretudo da classe produtiva.

A dinâmica do programa de pesquisa do CBP&D/café, coordenado pela Embrapa Café, ressalta a importância de fatores como especialização produtiva, interação com o ambiente, capacidade de aprendizado, cooperação e grande flexibilidade para a avaliação de impactos da adoção de tecnologias. Se antes as rotinas produtivas eram exigidas em nome da eficiência, hoje clama-se por aprendizado e validação de tecnologias em nome da sobrevivência. Não basta apenas saber produzir, torna-se cada vez mais necessário o conhecimento dos fatores que afetam a competitividade, por meio da criação de cenários prospectivos e a busca de soluções para seus gargalos.

Num contexto de crescente exigência e níveis de rentabilidade cada vez mais acanhados, a competitividade decorre da convergência das práticas gerenciais e de mecanismos ágeis e flexíveis de acesso à informação tecnológica e de mercado. Isto requer um processo permanente de inovação tecnológica, facilitando o atendimento das demandas, bem como para o conhecimento das habilidades que serão exigidas dos diversos elos do sistema agroindustrial do café para os próximos anos.

Eficiência Tecnológica – Paralelamente às iniciativas políticas para assegurar a sustentabilidade da atividade cafeeira, sobretudo no aspecto econômico, a pesquisa científica faz a sua parte. A efetiva agregação de valor ao café brasileiro, as iniciativas de

rastreadabilidade, a adoção de códigos de conduta, ampliação dos programas de certificação, atenção à segurança alimentar e os estudos dos efeitos do café na saúde humana são exemplos de como o Brasil tem ampliado suas vantagens competitivas. Cada vez mais, cobra-se do sistema agroindustrial do café um desempenho profissional, com redução dos custos e gerenciamento das linhas de crédito como ferramenta de inclusão para a agricultura familiar.

Nos últimos anos, materiais genéticos de grande potencial e maturação diferenciada foram lançados, além do desenvolvimento de estudos para seleção de cultivares adaptadas à seca, extremos térmicos e outras adversidades. Para a propagação de material sadio e com alto potencial produtivo, a preocupação inicia-se com a preparação das sementes e formas adequadas de plantio e manejo, resultando em lavouras com desenvolvimento expressivamente superior.

Outro desafio da pesquisa tem exigido esforços na identificação de plantas matrizes que sejam menos exigentes em água, para reduzir o risco da vulnerabilidade climática. Para regiões onde os recursos hídricos são limitantes, a tecnologia de irrigação tem evoluído tanto no desenvolvimento de novos equipamentos e sua aplicação racional, como em novas práticas culturais, com estresse hídrico controlado aliado a adubação balanceada.

Nesse ponto, a ciência ligada à nutrição e fertilidade do solo também é um grande diferencial da cafeicultura brasileira, que busca o equilíbrio entre boas produtividades e longevidade das lavouras, com o incentivo à adoção de uma adubação racional e sustentável. Os estudos respeitam a diversificação do solo brasileiro, bem como apontam os principais déficits e excessos das principais regiões produtoras. Este acompanhamento sistemático possibilita a expansão da cafeicultura para regiões atípicas e também para sistemas produtivos diferenciados, com o aprimoramento da cafeicultura irrigada e de sistemas orgânicos de produção.

As pesquisas também resultaram em amplo conhecimento para o controle racional de pragas, doenças e nematóides, de forma integrada e cada vez mais voltada à redução de defensivos, com reflexos econômicos, sociais e ambientais e crescente apreciação das certificadoras e representações da sociedade. Entre as linhas de pesquisa, destacam-se os estudos de bioecologia, métodos de controle alternativos e avaliação da vegetação adjacente.

As tecnologias de manejo de poda e desbrota, indispensáveis às lavouras renovadas, exigem investimentos dos produtores que também lidam com o desafio de gerenciar o alto custo da colheita. Para isso, várias tecnologias de colheita e pós-colheita são desenvolvidas e validadas para se tornarem acessíveis a todos os níveis de cafeicultura, seja familiar ou empresarial.

Adaptadas também à pequena propriedade agrícola, estão disponíveis tecnologias de separação e lavagem do café com o reaproveitamento da água residual, seguidas da adequação dos processos de secagem de baixo custo com aquecimento indireto e de armazenamento adequado à manutenção de cafés de qualidade. À disposição dos cafeicultores, existem *softwares* para mo-

nitoramento dos custos, com análise comparativa da viabilidade econômica das diferentes formas de colheita e processamento.

Do lado do consumo, o programa de pesquisa direciona os estudos para a identificação dos efeitos do café na saúde e de práticas que ampliem a segurança alimentar nas diversas etapas, do campo à industrialização. As pesquisas ainda geram tecnologias que favorecem os processos industriais, com novas exigências de classificação, alternativas de embalagem e aplicação do óleo de café em cosméticos, alimentos e medicamentos.

Embora pareça paradoxo falar em inovação e tecnologia em períodos de preços de café extremamente deprimidos, com renda insuficiente e endividamento crescente no setor produtivo, o investimento em pesquisa e desenvolvimento serve como alicerce para a liderança produtiva e tecnológica do agronegócio café brasileiro. Mesmo que o resgate dessas conquistas ainda aponte para desafios constantes, sobretudo, por meio de indicadores econômicos, a descontinuidade em programas de pesquisa de referência poderia acarretar em retrocesso ao desenvolvimento almejado e que, de forma coletiva, vem sendo conquistado.

Acompanhe as ações do CBP&D/Café: www.embrapa.br/cafe

1. Assessora de comunicação da Embrapa Café

2. Chefe-geral da Embrapa Café

EXPORTAÇÃO: ALTERNATIVA PARA AGREGAR VALOR E GERAR RENDA

Paulo André Colucci Kawasaki

Em busca de caminhos para ajudar o produtor cooperado a ter rentabilidade na cafeicultura, algumas cooperativas associadas ao Conselho Nacional do Café (CNC) começam a investir na exportação como forma de agregar valor ao produto. Dois exemplos disso são a Cooxupé (Guaxupé-MG), a maior cooperativa de café do mundo, e a Cocapec (França-SP). Agora, a mais recente a participar desse processo é a Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso (Cooparaíso).

Uma Assembléia Geral Extraordinária, realizada em agosto deste ano, definiu a criação da Cooparaíso S/A e da Cooparaíso Europe S/A, empresas que possibilitarão transações comerciais para exportação de café torrado e moído a outros países. “Nosso objetivo é o de agregar mais renda e mais margem de lucro ao produtor”, explica o presidente Carlos Melles.

O primeiro negócio comercial firmado nesse sentido foi com a Cooperativa Agrial, sediada na França, que têm mais 17 empresas do ramo no gênero alimentício. “A Agrial servirá de âncora no mercado francês, possibilitando a abertura da venda do café da Cooparaíso naquele país, colocando, assim, nosso cooperado diretamente em contato com o consumidor final europeu”, destaca.

Nesse primeiro momento, a cooperativa colocará os cafés Alto Paraíso e Classic Mogiana em 25 das 200 lojas que a Agrial tem, devendo expandir a distribuição a todas as lojas até o final deste ano. “Ambos os produtos têm *blends* especiais de grãos de café arábica, dando corpo a um café *gourmet* formado por um *terroir* específico da região”, informa o presidente da Cooparaíso, cooperativa sediada no sul de MG e com atuação também na região da Mogiana Paulista.

Uma análise dos diretores expõe que a colocação do café Cooparaíso teve uma repercussão muito positiva, apresentando diferenciais do projeto, como *blend* dos produtos Classic Mogiana e Alto Paraíso, material promocional altamente atrativo, excelente exposição da marca, embalagem de acordo com os padrões exigidos pelos consumidores franceses e, por fim, reação positiva dos consumidores após a degustação e a intenção de compra do café, nos diversos pontos já disponibilizados pela Agrial em sua rede de lojas. “A apresentação do café Cooparaíso foi muito destacada nessas vendas. De imediato já ganhou o gosto dos consumidores”, explica Melles.

Segundo ele, essa parceria entre “cooperativas com filosofias idênticas” abre um espaço muito interessante para que a Cooparaíso aproxime seus cooperados ao exigente consumidor europeu. “Ao longo dos últimos anos, a Agrial deixou de vender *commodities* para vender alimentos nas prateleiras. Assim, ainda que de forma modesta, mas com grande poten-



cial, estamos buscando levar nossos produtores aos consumidores finais, que terão à disposição um café de altíssima qualidade e de completa aceitação nesse nicho do mercado francês”, comemora.

Inicialmente, a Cooparaíso enviará 8 mil quilos de café torrado e moído para ser comercializado na França. “Já para o início de 2010 pretendemos elevar esse volume a 20 mil quilos”, projeta o presidente da cooperativa.

Desmistificando a lenda de que nossos melhores cafés são exportados, Melles anota que os cafés Alto Paraíso e Classic Mogiana estarão à disposição do consumidor nacional a partir de novembro. “Já disponibilizamos excelentes produtos no mercado interno, como o Café Tabuleiro e o Café Cooparaíso, que se incluem entre os melhores cafés finos vendidos no Brasil. Agora estamos ampliando a produção de nosso café *gourmet premium* para atender aos brasileiros”, comunica.

Parceria com a Agrial

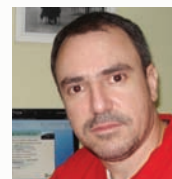
Em janeiro de 2008, o presidente da Cooparaíso visitou o Grupo Agrial, quando conheceu sua diretoria e o seu desenvolvimento no mercado local. “Naquela época, fui acompanhado por Cláudio Bernardo Moraes, superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Maria Luiza Campos Machado, diretora da Agência de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Ronaldo Amaral Santana, gerente do departamento de Agronegócio do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG); e Paulo Elias e Cecília Marcolini, diretores da Cooparaíso. Nasceu, então, o interesse mútuo de integração entre nós e a Agrial”, relata.

No começo deste ano, a cooperativa mineira recebeu uma comitiva chefiada pelo diretor-geral da Agrial, Jean Marie Meulle, que conheceu a estrutura, suas atividades e algumas fazendas de café da região. Ele ministrou uma palestra aos associados, diretores e funcionários da Cooparaíso, explicando como funciona a organização francesa e sua participação no mercado europeu, bem como o Grupo Cooperativo Agrícola e Agroindustrial. “Neste dia, com a presença dos representantes do BNDES, do BDMG e da ABDI, que fizeram um estudo da viabilidade de comercialização do café torrado e moído da Cooparaíso na União Europeia, assinamos um acordo de parceria em que nos comprometemos a trocar informações sobre nossos mercados e iniciar a exportação”, conclui Melles.

A Agrial

No dia 21 de junho de 2000, em Mont-Saint-Michel, nascia, da fusão de três cooperativas, a Agrial. Localizada na Normandia (França), atualmente a organização fatura cerca de € 2 bilhões, sendo que 33% dessa receita são obtidos com a comercialização de legumes e outros 15% com a de leite, cereais, frango e bebidas (Cidra), insumos, máquinas e implementos. A distribuição da produção de seus associados é feita por meio de suas 200 lojas e das cadeias de supermercados na Europa.

UM ANO DEPOIS DA QUEBRA DO LEHMAN BROTHERS



Gil Barabach*

No último dia 15 de setembro, fez um ano da quebra do Lehman Brothers, segundo maior banco de investimentos dos EUA. Esse incidente marcou o recrudescimento da crise financeira, trazendo os piores pesadelos e tendo como resultado uma acentuada e generalizada queda dos mercados. Só para ter uma noção do estrago e da gravidade do momento, os analistas foram buscar referências e parâmetros na Grande Depressão de 1929. Mas depois do forte ajuste na economia mundial, parece que a coisa começa a tomar novo rumo.

No mercado café, a crise é culpada de desviar a linha de preços de sua trajetória altista. Tomando a cotação do café arábica em NY de 2002 até agora, fica nítida a linha ascendente dos preços. O ano de 2002, para quem ainda não havia nascido para o café, foi o auge da última crise de excesso de produção. A cotação do café na Bolsa norte-americana caiu a 42 centavos de dólar por libra-peso, pressionada pela produção bem acima da necessidade e dos constantes acúmulos de estoques.

De lá para cá, o excesso de oferta foi corrigido e o café assumiu uma linha ascendente, delimitada por um canal de alta, cuja inclinação foi aumentando com o passar dos anos, comprovando a força corretiva dos preços no mercado mundial.

Em fevereiro de 2008, o café em NY atingiu o pico de 165 centavos de dólar por libra-peso. A bebida não era negociada em um patamar tão alto desde fevereiro de 1998. O momento positivo era sedimentado nos estoques em níveis criticamente baixos, na demanda em ascensão e em uma produção que crescia a patamares modestos e, de certa forma, controlado. É verdade que a chegada da segunda maior safra brasileira da história e da quebra de novo recorde da produção mundial levou a uma correção dessa trajetória positiva. Mas superado o período sazonal mais crítico, os preços reagiam, com mercado antecipando um quadro futuro de aperto na oferta, em virtude da pequena safra projetada para o Brasil em 2009. Enfim, tudo se encaminhava para uma sequência altista, com cotações variando dentro de um intervalo estreito e positivo, confirmando as impressões gráficas anteriores.

Mas aí veio a crise financeira e os preços vieram abaixo. E quando o mercado percebeu o que tinha acontecido, o café já era negociado próximo a US\$ 1 por libra-peso, em meados de dezembro do ano passado. Depois começou uma inconstante reação, que só ganhou forma mais definida ao final de abril de 2009, quando pela primeira vez o mercado de café se submeteu às forças fundamentais. Mas a linha altista durou pouco e logo o mercado foi, novamente, dominado pelas ações vendedoras instigadas pelo avanço da oferta de café novo no Brasil.

Refeito desse novo baque sazonal e diante do socorro do governo brasileiro à cafeicultura, os preços voltaram a subir. Ao

olhar o mercado externo de café antes e depois da crise, percebe-se que o último ano pode ser caracterizado por um desvio de conduta, com linha de preços já buscando retornar à trajetória interrompida um ano atrás.

As variáveis fundamentais continuam positivas, com o mundo produzindo abaixo da sua necessidade. O USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) projeta para a temporada 2009/10 estoques globais (produtores e importadores) de 35,3 milhões de sacas, o que significa uma queda de 12% em relação ao ciclo anterior. Essa leitura fundamental positiva associada ao pacote de ajuda do governo brasileiro fez as cotações alcançarem 138,30 centavos de dólar por libra-peso para o vencimento dezembro em NY ao longo da primeira metade de setembro.

No entanto, os sinais técnicos de mercado sobrecomprado junto ao quadro climático favorável no Brasil, que remete à expectativa de boas floradas e por extensão de uma grande safra para 2010 afastaram o mercado de seu patamar mais elevado, trazendo a 125 centavos de dólar por libra-peso no final do mês de setembro. Além das floradas, outro gargalo baixista enfrentado pelo mercado daqui até o final do ano é o avanço da oferta de centrais, da Colômbia e do Vietnã, o que facilita a vida dos compradores e trabalha contrariamente a uma valorização mais expressiva nas cotações.

Internamente há ainda a questão cambial. O dólar fraco tem um peso negativo na remuneração do produtor, convertida em moeda local. E, por isso, um papel decisivo em termos de estímulo de mercado. A tendência para o dólar é de neutralidade a baixa.

Os últimos três meses do ano tendem a ser o momento mais crítico da atual temporada comercial. A queda de braço entre compradores e vendedores deve se acirrar. De um lado, a retranca vendedora. O produtor, calçado na promessa de compra do governo, baliza sua indicação de venda no preço mínimo de R\$ 261,62 a saca para bebida dura tipo 6, o que gera esvaziamento da oferta. No outro lado, o comprador forçando os preços para baixo, diante da projeção de safra grande para o Brasil em 2010 e, por isso, maior comodidade no abastecimento. No meio do caminho trocas de farpas, sintetizadas em indicações díspares em torno do potencial da próxima safra brasileira. O que, inclusive, já faz parte do folclore do mercado de café.

Mas superado esse momento nevrálgico, as chances do mercado evoluir positivamente crescem, em especial no mercado interno, com a chegada da entressafra e a menor disponibilidade física do produto. Uma melhora no cenário econômico mundial em 2010 seria um ponto de apoio fundamental para a confirmação da perspectiva mais positiva para o café ao longo do primeiro semestre do próximo ano.

E um ponto a ressaltar é que a escassez de oferta disponível tende a ser ainda maior para os cafés de melhor qualidade. Essa é uma daquelas safras em que choveu demais na colheita, afetando a qualidade da bebida. Nesse sentido, há uma forte tendência de intensificação da elevação dos ágios entre as bebidas.



Embora haja espaço para subir, é bom ficar atento, pois o comprador seguirá com o freio de mão puxado, alongando estoques e aguardando a safra grande no Brasil, que começa a chegar ao mercado a partir da metade do próximo ano. E essa postura deve servir como um limitador aos impulsos altistas.

Janelas que se abrem

De maio até setembro o mercado de café abriu, no mínimo, três bons momentos para o produtor negociar parte de sua safra. Em maio o preço do café arábica negociado na BM&F para entrega em dezembro alcançou US\$ 162,50 a saca. Um patamar não repetido até agora na temporada, mesmo com os leilões de opção de venda e o pacote de socorro do governo. Um novo repique altista veio no começo de agosto, quando o vencimento dezembro na BM&F atingiu US\$ 158 a saca na máxima. E outro momento em meados de setembro, quando o café na bolsa paulista alcançou US\$ 158,50 a saca de 60 kg. Novas oportunidades irão aparecer no decorrer do caminho e é bom aproveitá-las, com o intuito de diluir risco e fazer média de preço.

O risco, para o produtor, é vender abaixo de seu custo. Por isso, o ponto de partida para uma estratégia comercial é saber o custo de produção. Preço acima do custo já passa a ser um ponto interessante de entrada. De resto é tentar aproveitar esses repiques nos preços para melhor rentabilizar a sua comercialização.

* Economista, mestre em Economia do Desenvolvimento e analista responsável pelo segmento de café da Safras & Mercado